

Alfabetizando em comunidade indígena

Wilmar R. D'Angelis¹



Alfabetização e Política Lingüística

Todos sabemos o que são **políticas**: são as propostas ou planos gerais para uma sociedade ou um setor dela. Por isso, estamos acostumados a ouvir falar de *Política Salarial*, *Política Econômica do Governo*, *Política Agrícola* e tantas outras. Quando a gente fala de **políticas**, necessariamente estamos falando de **escolhas**. Nunca existe uma situação em que só exista uma política possível. O motivo disso é o fato de que as **políticas** sempre são formas de realizar ou atender interesses ou planos de algum grupo social.

O que seria, então, **Política Lingüística**?

Se políticas são escolhas, quem escolhe uma política para uma língua? E com que interesses?

Política Lingüística é uma proposta sobre a situação lingüística de uma comunidade. Normalmente as Políticas Lingüísticas surgem onde existe mais de uma língua sendo usada em uma comunidade ou, pelo menos, mais de um dialeto de uma mesma língua.

Quando uma comunidade indígena vê que a língua portuguesa começa a ser falada cada vez mais pelos seus membros, que se tornam bilíngües, ela tem razão de se preocupar e pensar numa política lingüística para defender e manter sua própria língua. De fato, na situação de pressão que vivem os povos indígenas no Brasil, as comunidades indígenas são obrigadas a aprender e a usar o Português e, além disso, acabam deixando a língua portuguesa entrar mais e mais em suas áreas ou em suas casas através de funcionários do governo (de todos os níveis), através de documentos, jornais e revistas, através da escola e através do rádio e da televisão.

Nesse ponto, as comunidades claramente têm que decidir se querem ou não querem continuar falando sua língua, a língua que receberam como uma herança preciosa, dos seus antepassados. Há famílias, e mesmo comunidades inteiras, que desistem de falar sua língua com os filhos e netos, para apressar a passagem deles e de toda a comunidade para a língua portuguesa. Outras comunidades, nessa mesma situação, percebem que sua língua está correndo risco de desaparecer, e decidem fazer de tudo para revitalizá-la.

Se uma comunidade indígena decide abandonar sua língua, e passa a usar apenas a língua portuguesa, ela está fazendo uma escolha e, com isso, determinando sua política lingüística. Se, ao contrário, uma comunidade indígena decide que não pode perder sua língua ancestral e decide fazer tudo para revitalizar sua língua e mantê-la em uso, essa comunidade também está fazendo uma escolha e, portanto, determinando outra política lingüística.

Um grave problema acontece quando as comunidades indígenas são pressionadas ou enganadas para tomar certas decisões e adotar uma certa política lingüística, sem saber exatamente onde isso vai dar. Por exemplo, a comunidade pode aceitar e, até, apoiar certos programas de ensino que se dizem “*bilíngües*” que, na verdade, são programas de ensino que usam a língua indígena na escola, mas que funcionam como desvalorizadores e enfraquecedores da língua. É o caso do chamado “*bilíngüismo de transição*”, que há décadas atrás o Summer Institute e a Funai impuseram nas comunidades Kaingang. Adiante voltarei a falar disso.

De todo modo, com esse exemplo do Summer, já dá para perceber que a **alfabetização** não fica fora da política lingüística de uma comunidade que usa da escrita. Escolher entre usar a escrita ou não em sua comunidade, na língua própria ou na língua portuguesa, já é uma escolha

¹ Lingüista, indigenista, professor no Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, na Unicamp. O presente texto foi elaborado, originalmente, para estudo e debate de professores Kaingang do Rio Grande do Sul, em evento de formação continuada ocorrido em 2000.

lingüística importantíssima, que define muito da política lingüística de um povo ou comunidade indígena. E, uma vez que a comunidade julgue importante usar a leitura e a escrita, decidir a política de alfabetização é parte inseparável da política lingüística geral, e terá de ser coerente com ela.

Quando não se tem escolhas

Mas, é importante dizer que há situações em que não há muitas escolhas, porque não se trata de políticas, mas de possibilidades ou impossibilidades técnicas. Por isso, vou tratar, em poucas palavras, de algumas coisas que, tecnicamente, não dá para se fazer em alfabetização.

1. Não dá para alfabetizar em duas línguas ao mesmo tempo.
Não se conhecem programas bem sucedidos que tenham feito isso. Mas, além de não ser viável, efetivamente não é interessante tentar fazer isso por nenhum motivo. Jamais isso representará “ganho de tempo”, e é mais do que provado que, emocional e cognitivamente, é muito mais fácil e produtivo alfabetizar em uma só língua (a língua materna) do que tentar uma miscelânea (isto é, uma “mistureira”).
Sobre a opção (política lingüística) pela alfabetização na **língua materna**, deve-se destacar também a importância política disso, pelo reforço da imagem positiva da língua perante as crianças (dependendo dos outros usos da língua na escola).
2. É um grave erro tentar alfabetizar em uma determinada língua uma pessoa que não fala aquela língua.
3. Não é possível traduzir cartilhas de alfabetização.

Quais escolhas são possíveis, em se tratando de alfabetização?

Nossas **escolhas** (políticas) certamente sempre estão limitadas pela nossa **visão de mundo**, ou seja, pela **ideologia** que assumimos na nossa vida. Se a pessoa vê o mundo de maneira **estática**, imutável, acabado e pronto, essa pessoa vai impulsionar políticas claramente conservadoras (afinal, para esse tipo de pessoa, o mundo não apenas é do jeito que é, mas deve permanecer desse jeito). Mas, se for uma pessoa que tem uma visão de mundo **dinâmica**, que percebe que o mundo é uma construção das pessoas, dos grupos e das nações, onde há interesses contraditórios, então essa pessoa pode escolher entre dois caminhos: (1) lutar para que o mundo não se transforme (e isso é comum, se a pessoa é privilegiada pelo modo como as coisas funcionam); ou (2) lutar para transformar o mundo,

Infelizmente, muitas vezes há pessoas da maior boa vontade, cheias de um espírito **transformador**, querendo colaborar para mudanças na sociedade, mas que, por desconhecimento, embarcam em “canoas furadas” como aquela do “*bilingüismo de transição*”. Nesses casos, cria-se uma incoerência entre aquilo que a pessoa acredita e que gostaria de construir, e aquilo que ela de fato faz e constrói.

Essa introdução foi feita para alertar exatamente para isso: nossas escolhas são aparentemente livres, mas de fato elas são limitadas por nossa maneira de ver o mundo.

Para concluir, vou alertar apenas para duas escolhas importantíssimas que se colocam para aquelas comunidades indígenas.

A primeira escolha está entre **alfabetizar em língua materna** ou não? Sobre isso, em forma resumida, chamo a atenção para o seguinte:

1. Do ponto de vista das pesquisas lingüísticas, tecnicamente será sempre mais recomendável alfabetizar na língua materna. Lembrando que a noção lingüística de **língua materna** significa aquela primeira língua que a criança falou quando

- pequena, **não** interessando se isso coincidia ou não coincidia com a língua falada pelos parentes da mãe dela.
2. Do ponto de vista das pesquisas sociolingüísticas, politicamente é sempre mais recomendável alfabetizar em língua materna (se a política lingüística da comunidade for de valorização e vitalização de sua própria língua).
 3. Do ponto de vista da psicologia, afetivamente é sempre mais recomendável alfabetizar em língua materna, quando se pensa na auto-estima e autoconfiança da criança.
 4. Do ponto de vista da lingüística aplicada, alfabetizar na língua materna pode ser muito importante para completar o desenvolvimento da competência da criança na sua primeira língua e isso, em lugar de ser problema ou de trazer dificuldades para o aprendizado de outra língua (como alguns pensam), na verdade é muito útil para o desenvolvimento futuro da criança em outras línguas.
 5. Justifica-se não alfabetizar em língua materna quando, por exemplo, os alfabetizando não são crianças monolíngües, mas jovens e adultos efetivamente bilíngües.
 6. Não se justifica forçar a alfabetização em língua portuguesa de crianças monolíngües em língua indígena (ou bilíngües incipientes), só porque são em número pequeno diante de uma maioria de alunos falantes de Português. Se o critério fosse válido, de que a maioria pode impor sua língua, as línguas indígenas já deveriam ter desaparecido.

Para aquelas comunidades que decidem alfabetizar suas crianças em língua indígena, uma segunda escolha importantíssima deve ser feita:

1 - Modelo de programa bilíngüe.

A comunidade deverá decidir-se entre alguns tipos de modelos mais comuns de ensino bilíngüe. Destaco as opções mais comuns e prováveis que se colocam para as comunidades no sul do Brasil:

- a) Programas Bilíngües de Substituição ou Transição
São programas em que a língua indígena é utilizada como instrumento de alfabetização, apenas pelo fato de que as crianças chegam à escola sem domínio da língua portuguesa. Não se trata de uma política de valorização da língua materna, uma vez que o objetivo é sua completa substituição ao longo do processo de 3 a 4 anos.
- b) Programas Bilíngües de Manutenção ou Vitalização Lingüística
São programas primordialmente comprometidos com a defesa da língua minoritária (a língua indígena), mas também comprometidos com o ensino da 2ª língua. Pode-se dizer, em outras palavras, que se trata de um programa comprometido em desenvolver a competência da criança em duas línguas: a língua da comunidade (indígena) e a língua da maioria em volta (o Português). Destaque-se, nisso, que num programa como esse, a escola não pode simplesmente alfabetizar na língua indígena; a língua indígena tem que ser, de fato, **língua de instrução**, isto é, **de ensino**. Por isso, em tais programas a língua indígena ocupará seu lugar de honra em todas as séries.

As decisões, porém, estão sempre nas mãos das comunidades. Espero que elas não abram mão de decidir por si mesmas!